



**SICOOB CENTRAL  
UNICOOB**

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
31/12/2021**

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2021 da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, na forma da legislação em vigor.

## 1. Política operacional

Em 2021 o SICOOB CENTRAL UNICOOB completou 20 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

## 2. Avaliação de resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CENTRAL UNICOOB obteve um resultado positivo de R\$ 1.960.481,41, antes das destinações estatutárias.

## 3. Ativos

Os recursos depositados no Bancoob DTVM somaram R\$ 2.087.080.540,89.

## 4. Patrimônio de referência

Em 31/12/2021 o patrimônio de referência do SICOOB CENTRAL UNICOOB é de R\$ 99.909.864,55. O quadro de cooperados é composto por 17 filiadas.

## 5. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº

## 6. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da central tem na assembleia geral, que é a reunião de todos as filiadas, o poder maior de decisão.

A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

Os balanços da central são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a central.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 7. Conselho fiscal

Eleito na AGO de 2021, com mandato até a AGO de 2024, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

## 8. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CENTRAL UNICOOB aderiram, em 2018, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na central, assumem o mesmo compromisso.

Agradecimentos

Agradecemos a nossas filiadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Maringá - PR, 24 de janeiro de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB  
SICOOB CENTRAL UNICOOB  
CNPJ: 05.036.532/0001-00  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em Reais

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>		<b>2.308.419.437,12</b>	<b>3.073.586.857,98</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>58.417,76</b>	<b>282.746,98</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>2.170.467.107,27</b>	<b>2.947.211.370,61</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.300.032.913,82	2.546.088.929,24
Títulos e Valores Mobiliários	6	787.047.627,07	399.570.055,51
Operações de Crédito	7	81.823.314,82	-
Outros Ativos Financeiros	8	1.563.251,56	1.552.385,86
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(92.031,20)</b>	<b>(7.608,80)</b>
(-) Operações de Crédito		(85.000,00)	-
(-) Outras		(7.031,20)	(7.608,80)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>9</b>	<b>1.375.696,82</b>	<b>446.264,42</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>10</b>	<b>16.497.736,92</b>	<b>24.897.931,58</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>11</b>	<b>110.520.756,19</b>	<b>93.356.335,02</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>12</b>	<b>17.559.715,14</b>	<b>13.287.372,36</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>13</b>	<b>5.936.810,05</b>	<b>5.438.231,63</b>
<b>(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(13.904.771,83)</b>	<b>(11.325.785,82)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.308.419.437,12</b>	<b>3.073.586.857,98</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.308.419.437,12</b>	<b>3.073.586.857,98</b>
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>2.016.843.268,93</b>	<b>2.831.461.798,58</b>
Relações Interfinanceiras	14	2.016.609.107,72	2.831.381.532,89
Centralização Financeira - Cooperativas		2.016.609.107,72	2.831.381.532,89
Outros Passivos Financeiros	15	234.161,21	80.265,69
<b>PROVISÕES</b>	<b>17</b>	<b>66.819,92</b>	<b>40,98</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>18</b>	<b>2.765.916,02</b>	<b>1.646.041,96</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>19</b>	<b>131.418.731,17</b>	<b>99.580.877,96</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>157.324.701,08</b>	<b>140.898.098,50</b>
CAPITAL SOCIAL	20	148.683.830,05	132.056.189,67
RESERVAS DE SOBRAS		8.831.436,70	8.823.439,31
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(652.500,15)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		461.934,48	18.469,52
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.308.419.437,12</b>	<b>3.073.586.857,98</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB  
SICOOB CENTRAL UNICOOB  
CNPJ: 05.036.532/0001-00  
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS  
Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>74.388.218,10</b>	<b>108.533.743,81</b>	<b>56.598.434,82</b>
Operações de Crédito	22	1.223.107,47	1.478.379,14	274.297,15
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	23	48.638.991,26	73.269.773,86	37.764.570,11
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	23	24.526.119,37	33.785.590,81	18.559.567,56
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>24</b>	<b>(69.633.136,12)</b>	<b>(102.331.855,71)</b>	<b>(53.815.172,18)</b>
Operações de Captação no Mercado		-	-	(4.050,47)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	(130.769,68)	-
Dispêndios de Depósitos Interooperativos		(69.653.416,30)	(102.116.663,63)	(54.453.507,75)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		20.280,18	(84.422,40)	642.386,04
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>4.755.081,98</b>	<b>6.201.888,10</b>	<b>2.783.262,64</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>112.347,15</b>	<b>1.044.421,16</b>	<b>994.418,14</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	2.548.531,15	5.657.222,77	1.854.760,15
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(18.288.795,64)	(35.360.100,64)	(33.580.224,05)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(6.580.462,39)	(12.352.107,42)	(11.840.675,90)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(253.179,23)	(559.257,99)	(192.356,03)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		2.317.237,86	13.367.203,49	12.471.889,75
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	23.948.049,57	35.983.445,10	34.202.711,26
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(3.579.034,17)	(5.691.984,15)	(1.921.687,04)
<b>PROVISÕES</b>	<b>31</b>	<b>(70.059,90)</b>	<b>(97.479,52)</b>	<b>(122.458,77)</b>
Provisões/Reversões para Contingências		(70.079,65)	(97.520,50)	(122.800,46)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		19,75	40,98	341,69
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>4.797.369,23</b>	<b>7.148.829,74</b>	<b>3.655.222,01</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>32</b>	<b>51.586,87</b>	<b>71.614,85</b>	<b>366.151,67</b>
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	-	45.342,68
Ganhos de Capital		-	1.692,85	-
Outras Rendas Não Operacionais		51.586,87	69.922,00	320.808,99
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>4.848.956,10</b>	<b>7.220.444,59</b>	<b>4.021.373,68</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(856.153,18)</b>	<b>(1.522.499,33)</b>	<b>(497.397,61)</b>
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(477.835,04)	(866.878,44)	(298.895,98)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(378.318,14)	(655.620,89)	(198.501,63)
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>		<b>(1.720.870,02)</b>	<b>(3.737.463,85)</b>	<b>(2.694.827,97)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>2.271.932,90</b>	<b>1.960.481,41</b>	<b>829.148,10</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB  
SICOOB CENTRAL UNICOOB  
CNPJ: 05.036.532/0001-00  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
Em Reais

	Notas	2 º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>2.271.932,90</b>	<b>1.960.481,41</b>	<b>829.148,10</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		<b>646.698,47</b>	<b>(652.500,15)</b>	<b>-</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o Resultado</b>				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		646.698,47	(652.500,15)	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>		<b>2.918.631,37</b>	<b>1.307.981,26</b>	<b>829.148,10</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB  
SICOOB CENTRAL UNICOOB  
CNPJ: 05.036.532/0001-00  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
Em Reais

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2019</b>		<b>116.791.797,91</b>	<b>8.808.663,69</b>	-	<b>26.536,57</b>	<b>125.626.998,17</b>
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES		-	-	-	(26.536,57)	(26.536,57)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		15.264.391,76	-	-	-	15.264.391,76
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	<b>829.148,10</b>	<b>829.148,10</b>
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	14.775,62	-	(14.775,62)	-
FATES - Altos Cooperativos		-	-	-	(3.693,91)	(3.693,91)
FATES - Altos Não Cooperativos		-	-	-	(792.209,05)	(792.209,05)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>132.056.189,67</b>	<b>8.823.439,31</b>	-	<b>18.469,52</b>	<b>140.898.098,50</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>		<b>132.056.189,67</b>	<b>8.823.439,31</b>	-	<b>18.469,52</b>	<b>140.898.098,50</b>
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Ao FATES		-	-	-	(18.469,52)	(18.469,52)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		16.627.640,38	-	-	-	16.627.640,38
Reversões de Fundos		-	-	-	<b>451.937,75</b>	<b>451.937,75</b>
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	<b>1.960.481,41</b>	<b>1.960.481,41</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	<b>(652.500,15)</b>	-	<b>(652.500,15)</b>
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	7.997,39	-	(7.997,39)	-
FATES - Altos Cooperativos		-	-	-	(1.999,35)	(1.999,35)
FATES - Altos Não Cooperativos		-	-	-	(1.940.487,94)	(1.940.487,94)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>		<b>148.683.830,05</b>	<b>8.831.436,70</b>	<b>(652.500,15)</b>	<b>461.934,48</b>	<b>157.324.701,08</b>
<b>Saldos em 30/06/2021</b>		<b>137.806.189,67</b>	<b>8.823.439,31</b>	<b>(1.299.198,62)</b>	<b>(311.451,49)</b>	<b>145.019.978,87</b>
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		10.877.640,38	-	-	-	10.877.640,38
Reversões de Fundos		-	-	-	<b>451.937,75</b>	<b>451.937,75</b>
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	<b>2.271.932,90</b>	<b>2.271.932,90</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas		-	-	<b>646.698,47</b>	-	<b>646.698,47</b>
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	7.997,39	-	(7.997,39)	-
FATES - Altos Cooperativos		-	-	-	(1.999,35)	(1.999,35)
FATES - Altos Não Cooperativos		-	-	-	(1.940.487,94)	(1.940.487,94)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>		<b>148.683.830,05</b>	<b>8.831.436,70</b>	<b>(652.500,15)</b>	<b>461.934,48</b>	<b>157.324.701,08</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB  
SICOOB CENTRAL UNICOOB  
CNPJ: 05.036.532/0001-00  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Em Reais

Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>4.848.956,10</b>	<b>7.220.444,59</b>	<b>4.021.373,68</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	(983.393,03)	(2.608.312,36)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.317.237,86)	(13.367.203,49)	(12.471.889,75)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(20.280,18)	84.422,40	(642.386,04)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(19,75)	(40,98)	(341,69)
Provisões/Reversões para Contingências	70.079,65	97.520,50	122.800,46
Atualização de Depósitos em Garantia	(3.312,64)	(3.453,45)	-
Depreciações e Amortizações	1.448.138,20	2.623.261,67	2.735.069,70
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>4.026.323,52</b>	<b>(4.328.441,79)</b>	<b>(8.843.686,00)</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	408.962.653,87	1.246.056.015,42	(1.923.404.884,83)
Títulos e Valores Mobiliários	14.641.882,13	(387.477.571,56)	558.084.478,37
Operações de Crédito	(66.323.314,82)	(81.823.314,82)	28.999.827,99
Outros Ativos Financeiros	(14.453,64)	(7.412,25)	67.884,41
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(886.125,32)	(929.432,40)	493.393,19
Outros Ativos	(2.665.555,82)	8.400.194,66	(17.599.632,45)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos à Vista	(68.923,37)	-	-
Relações Interfinanceiras	(378.099.971,92)	(814.772.425,17)	1.318.462.519,60
Outros Passivos Financeiros	(134.471,81)	153.895,52	(204.130,97)
Provisões	(3.259,73)	(30.700,58)	(172.800,46)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	995.187,51	1.119.874,06	334.236,40
Outros Passivos	11.389.993,79	28.100.389,36	13.667.701,92
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES	-	(18.469,52)	(26.536,57)
FATES - Atos Cooperativos	(1.999,35)	(1.999,35)	(3.693,91)
FATES - Atos Não Cooperativos	(1.940.487,94)	(1.940.487,94)	(792.209,05)
Imposto de Renda	(477.835,04)	(866.878,44)	(298.895,98)
Contribuição Social	(378.318,14)	(655.620,89)	(198.501,63)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(10.978.676,08)</b>	<b>(9.022.385,69)</b>	<b>(31.434.929,97)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos	-	983.393,03	2.608.312,36
Aquisição de Intangível	(343.897,85)	(469.798,67)	(687.210,31)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(335.288,05)	(4.345.398,19)	(472.831,63)
Aquisição de Investimentos	(3.822.183,07)	(4.449.717,83)	13.751.481,68
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(4.501.368,97)</b>	<b>(8.281.521,66)</b>	<b>15.199.752,10</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	10.877.640,38	16.627.640,38	15.264.391,76
Reversões de Fundos	451.937,75	451.937,75	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>11.329.578,13</b>	<b>17.079.578,13</b>	<b>15.264.391,76</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(4.150.466,52)</b>	<b>(224.329,22)</b>	<b>(970.786,11)</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4.208.884,68	282.746,98	1.253.533,09
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	58.417,76	58.417,76	282.746,98
<b>Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(4.150.466,52)</b>	<b>(224.329,22)</b>	<b>(970.786,11)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em Reais)

#### 1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB**, é uma cooperativa de crédito central, instituição financeira não bancária, fundada em **07/05/2002**, e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, possui instalações para atendimento e suporte às cooperativas filiadas em Maringá -PR.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 24/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## **2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação**

### **a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

### **b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros**

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO UNICOOB junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Diante do exposto e, objetivando minimizar os impactos causados pela pandemia na gestão do crédito, o SICOOB CENTRAL UNICOOB, em conjunto com suas cooperativas filiadas e, mediante Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 06/07/2020, criou o Fundo de Contingência do Sicoob – FCS, o qual possui como objetivo central de proporcionar às cooperativas, suporte às despesas com eventual provisão para liquidação de créditos duvidosos por inadimplência de operações de crédito, em função de fato externo não controlável.

## **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

#### **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### **e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

#### **f) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **h) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **i) Investimentos**

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

#### **j) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **l) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **m) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **n) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **o) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **p) Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **q) Obrigações Legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **r) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

#### **s) Segregação em Circulante e Não Circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **t) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **u) Demonstração dos Fluxos de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

#### **v) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

Em **31 de dezembro de 2021** e de **2020**, o caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	58.417,76	282.746,98
<b>TOTAL</b>	<b>58.417,76</b>	<b>282.746,98</b>

#### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de dezembro de 2021** e de **2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro (a)	-	369.058.575,13
Ligadas (b)	1.176.601.684,69	2.176.703.849,33
Ligadas com Garantia (b)	123.431.229,13	326.504,78
<b>TOTAL</b>	<b>1.300.032.913,82</b>	<b>2.546.088.929,24</b>

(a) - Refere-se à aplicação em operação compromissada, lastreada em Letras Financeiras do Tesouro, com remuneração de 100% do CDI e com conversibilidade imediata em caixa.

(b) - Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Bancoob com remuneração entre 96% e 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	48.638.991,26	73.269.773,86	37.764.570,11

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas centrais.

(a) Composição dos Títulos e valores mobiliários.

Em **31 de dezembro de 2021** e de **2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de Renda Fixa	527.082.077,65	219.174.161,31
Cotas de Fundos de Investimento	259.965.549,42	180.395.894,20
<b>TOTAL</b>	<b>787.047.627,07</b>	<b>399.570.055,51</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Títulos Públicos Federais e em Letras Financeiras - LF. Quanto à participação das Filiadas no rendimento obtido pela média dos recursos mantidos na Centralização Financeira, informamos que a carteira livre foi de 103,55% do CDI e a carteira bloqueada foi de 98,40% do CDI.

(b) Classificação das carteiras dos fundos:

Descrição da carteira	CNPJ	Percentual
<b>Bancoob centralização fundo de investimento -renda fixa – crédito privado</b>	<b>06.192.758/0001-55</b>	<b>100,00</b>
Operações compromissadas – LFT		80,04
Títulos públicos federais – LFT		0,00
Demais Valores		19,96
<b>BB Renda fixa longo prazo corporativo 10 milhões</b>	<b>04.061.079/0001-11</b>	<b>100,00</b>
Cotas de fundos		99,99
Valores a pagar		0,01
<i>BB Top RF arrojado FI RF LP</i>	<i>03.389.374/0001-39</i>	<b>100,00</b>
Operações compromissadas – títulos públicos		24,59
Depósitos a prazo e outros títulos de IF		20,49
Títulos públicos		40,03
Debêntures		12,71
Cotas de fundo		1,99
Títulos de crédito privado		0,00
Outros valores mobiliários registrado na CVM objeto de oferta pública		0,18
<b>Sicoob institucional FI RF crédito privado</b>	<b>14.702.111/0001-54</b>	<b>100,00</b>
Depósitos a prazo e outros títulos de IF		89,52
Operações compromissadas – LFT		7,16
Demais valores		3,32
<b>FIC caixa sigma referenciado DI LP</b>	<b>10.731.794/0001-17</b>	<b>100,00</b>
Cotas de fundos		100,00
Valores a pagar		0,00
<i>FI caixa máster conservador REF DI LP</i>	<i>05.164.375/0001-00</i>	<b>99,92</b>
Operações compromissadas		57,96
Disponibilidades		0,08
Títulos públicos		41,96
<b>Bradesco empresas fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos</b>	<b>07.192.409/0001-04</b>	<b>100,00</b>
Cotas de fundos		99,40
Disponibilidades		0,60
<i>Bram fundo de investimento renda fixa preferenciado DI coral</i>	<i>15.675.431/0001-25</i>	<b>100,00</b>
Operações compromissadas		36,98
Títulos públicos		23,94
Depósitos a prazo e outros títulos de IF		20,92
Debêntures		13,42
Títulos de crédito privado		2,80
Disponibilidades		1,21
Cotas de fundo		0,73

(c) Classificação dos títulos por emissor:

Emissor	Tipo do Título	31/12/2021	31/12/2020
Bancoob Centralização Fundo de Investimento–Renda Fixa–Crédito Privado	FI	139.246.566,63	145.213.830,04
Sicoob Institucional Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	FI	108.146.198,60	23.203.887,92
Banco do Brasil	FI	12.572.784,19	11.978.176,24
Banco Bradesco	LF	11.254.487,80	13.888.767,27
Sistema Tesouro Nacional	LFT	475.897.958,16	180.051.279,61
Banco Itaú	LF	-	13.764.382,04
Banco Credit Suisse	LF	-	11.469.732,39
Banco Alfa	LF	14.699.244,56	-
Banco ABC Brasil	LF	14.696.566,08	-
Votorantim	LF	10.533.821,05	-
<b>TOTAL</b>		<b>787.047.627,07</b>	<b>399.570.055,51</b>

LFT – Letras financeiras do tesouro

LF – Letras financeiras

FI – Cotas de fundo de investimento

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	18.369.395,29	25.007.984,33	18.479.815,43
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	6.177.416,18	8.837.000,28	372.633,67
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(20.692,10)	(59.393,80)	(292.881,54)
<b>TOTAL</b>	<b>24.526.119,37</b>	<b>33.785.590,81</b>	<b>18.559.567,56</b>

## 7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	44.323.314,74	37.500.000,08	81.823.314,82	-	-	-
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>44.323.314,74</b>	<b>37.500.000,08</b>	<b>81.823.314,82</b>	-	-	-
(-) Provisões para Operações de Crédito	(85.000,00)	-	(85.000,00)	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>44.238.314,74</b>	<b>37.500.000,08</b>	<b>81.738.314,82</b>	-	-	-

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	70.323.314,82	70.323.314,82	-	-	-
A	0,5%	Normal	6.000.000,00	6.000.000,00	(30.000,00)	-	-
B	1%	Normal	5.500.000,00	5.500.000,00	(55.000,00)	-	-
<b>Total Normal</b>			<b>81.823.314,82</b>	<b>81.823.314,82</b>	<b>(85.000,00)</b>	-	-
<b>Total Geral</b>			<b>81.823.314,82</b>	<b>81.823.314,82</b>	<b>(85.000,00)</b>	-	-
<b>Provisões</b>			<b>(85.000,00)</b>	<b>(85.000,00)</b>	-	-	-
<b>Total Líquido</b>			<b>81.738.314,82</b>	<b>81.738.314,82</b>	-	-	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	14.948.314,80	29.374.999,94	37.500.000,08	81.823.314,82
<b>TOTAL</b>	<b>14.948.314,80</b>	<b>29.374.999,94</b>	<b>37.500.000,08</b>	<b>81.823.314,82</b>

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	-	-
Constituições	415.010,17	-
Reversões	(330.010,17)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(85.000,00)</b>	-

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	70.323.314,82	84,49%	1.521.760,66	100%
10 Maiores Devedores	83.229.555,61	100%	1.521.760,66	100%
50 Maiores Devedores	83.229.555,61	100%	1.521.760,66	100%

## 8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Modalidade	30/06/2021			31/12/2020
	Circulante	Não circulante	Total	
Devedores por Compra de Valores e Bens (a)	131.406,21	1.274.834,58	<b>1.406.240,79</b>	1.521.760,66
Títulos e Créditos a Receber	24.467,51	-	<b>24.467,51</b>	-
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	132.543,26	-	<b>132.543,26</b>	30.625,20
<b>TOTAL</b>	<b>288.416,98</b>	<b>1.274.834,58</b>	<b>1.563.251,56</b>	<b>1.552.385,86</b>

(a) Refere-se a venda do imóvel da antiga regional do Pará. A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais.

### 8.1. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Modalidade	30/06/2021			31/12/2020
	Circulante	Não circulante	Total	
Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(657,03)	(6.374,17)	<b>(7.031,20)</b>	(7.608,80)
<b>TOTAL</b>	<b>(657,03)</b>	<b>(6.374,17)</b>	<b>7.031,20)</b>	<b>(7.608,80)</b>

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A   0,5%   Normal	1.406.240,79	1.406.240,79	(7.031,20)	1.521.760,66	(7.608,80)
<b>Total Normal</b>	<b>1.406.240,79</b>	<b>1.406.240,79</b>	<b>(7.031,20)</b>	<b>1.521.760,66</b>	<b>(7.608,80)</b>

<b>Total Geral</b>	1.406.240,79	1.406.240,79	(7.031,20)	1.521.760,66	(7.608,80)
<b>Provisões</b>	(7.031,20)	(7.031,20)		(7.608,80)	
<b>Total Líquido</b>	1.399.209,59	1.399.209,59		1.514.151,86	

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	7.608,80	160.000,00
Constituições	-	9.707,48
Reversões	(577,60)	(162.098,68)
<b>TOTAL</b>	<b>7.031,20</b>	<b>7.608,80</b>

## 9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão compostos conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	1.375.696,82	446.264,42
<b>TOTAL</b>	<b>1.375.696,82</b>	<b>446.264,42</b>

Impostos a compensar, refere-se a valores recolhidos antecipadamente, os quais no final do exercício constatou-se, base de apuração negativo.

## 10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	125.541,65	162.969,98
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	610.102,61	33.050,20
Pagamentos a Ressarcir (b)	907.441,10	3.742.172,57
Devedores Diversos – País (c)	13.492.533,47	19.496.997,40
Material em Estoque	331.823,78	286.554,14
Despesas Antecipadas (d)	1.030.294,31	1.576.187,29
<b>TOTAL</b>	<b>16.497.736,92</b>	<b>25.297.931,58</b>

(a) Saldo de Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta é composto basicamente por Adiantamento para despesas diversas (R\$ 603.212,27);

(b) Em Pagamento a Ressarcir, estão registrados os pagamentos efetuados pela cooperativa Central e que serão reembolsados;

(c) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Depósito para Aumento de Capital em Coligadas e Controladas (R\$ 380.000,00); Pendências a Regularizar (R\$ 30.580,56), e valores a receber de Cooperativas Filiadas (R\$ 13.081.952,91) referente a valores a receber das cooperativas filiadas inerentes ao rateio das despesas da Central, e valor pagos por esta que devem ser apropriados na despesa das singulares;

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos Prêmios de Seguros (R\$ 80.972,13), Processamento de Dados (R\$ 502.807,23), e Outros (R\$ 446.514,95).

## 11. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	52.917.654,78	43.105.230,19
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	21.680.998,41	21.680.998,41

Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	14.174.638,02	11.454.635,47
Outras Participações	21.747.464,98	17.115.470,95
<b>TOTAL</b>	<b>110.520.756,19</b>	<b>93.356.335,02</b>

a) Variação decorrente a integralização de capital, em detrimento a distribuição das sobras do exercício anterior, do MEP e do Ajuste TVM.

i) Bancoob	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	43.105.230,19	36.419.117,92
Integralização	5.265.803,91	2.769.233,77
MEP Acordo dos Acionistas Cfe. CCI 550/2020	6.727.549,71	4.139.846,57
Ajuste TVM CCI 413/2021	(2.180.929,03)	-
Transferência de Ações Sicoob Unimais – CA 0463/20	-	(222.968,07)
<b>TOTAL</b>	<b>52.917.654,78</b>	<b>43.105.230,19</b>

ii) Sicoob Confederação	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	21.680.998,41	21.680.998,41
<b>TOTAL</b>	<b>21.680.998,41</b>	<b>21.680.998,41</b>

iii) CNAC – Conf. Nacional de Auditoria Cooperativa	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	428.236,97	428.236,97
<b>TOTAL</b>	<b>428.236,97</b>	<b>428.236,97</b>

b) Variação decorrente do cálculo de equivalência patrimonial conforme Art. 248 da Lei 6.404 de 1976, alterado pela Lei 11.638 de 2007.

Corretora de Seguros Unicoob	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	3.223.428,66	1.732.022,24
Equivalência patrimonial	29.930.069,72	23.688.870,56
Repasso Corretora	(28.104.369,33)	(22.197.464,14)
<b>TOTAL</b>	<b>5.049.129,05</b>	<b>3.223.428,66</b>

Administradora de Consórcio Unicoob	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	8.231.206,81	8.056.225,15
Integralização	-	-
Equivalência patrimonial	894.3602,15	174.981,66
<b>TOTAL</b>	<b>9.125.508,96</b>	<b>8.231.206,81</b>

Gestão de Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	19.162,45	24.827,70
Equivalência patrimonial	(6.455,80)	(5.665,25)
<b>TOTAL</b>	<b>12.706,65</b>	<b>19.162,45</b>

Sancor seguros	31/12/2021	31/12/2020
Capital inicial	16.668.071,53	26.294.498,56
Integralização	27.467.720,64	5.899.716,76
Equivalência patrimonial	(22.829.270,81)	(15.526.143,79)
<b>TOTAL</b>	<b>21.306.521,36</b>	<b>16.668.071,53</b>

Em relação aos investimentos na Sancor Seguros, destaca-se o fato de que os efeitos da pandemia sanitária do COVID 19 acarretaram resultados negativos naquela companhia, elevando assim os ajustes de equivalência patrimonial na investidora. Em contrapartida, foram realizados aportes de capital visando proporcionar apoio financeiro. A Central Unicoob tem ciência do momento em que se encontra a companhia e tem seu posicionamento pela manutenção dos investimentos na Sancor. Neste momento, a administração entende que o investimento está ajustado ao valor de realização.

## 12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o imobilizado de uso está demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		130.699,50	74.862,50
Instalações	10%	2.972.301,00	2.972.301,00
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.247.854,07	2.257.085,64
Sistema de Processamento de Dados	20%	11.181.383,22	7.148.315,64
Sistema de Segurança	10%	331.734,84	276.312,60
Sistema de Transporte	20%	318.557,50	318.557,50
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		377.185,01	239.937,48
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>17.559.715,14</b>	<b>13.287.372,36</b>
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(1.617.439,40)	(1.328.912,58)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(7.441.896,70)	(5.905.593,36)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(223.757,50)	(161.767,69)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(182.036,10)	(142.602,88)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(9.465.129,70)</b>	<b>(7.538.876,51)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>8.094.585,44</b>	<b>5.748.495,85</b>

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e/ou desenvolvimento de softwares com efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas/amortizadas. Estão basicamente em andamento o desenvolvimento de softwares de processos para melhorias e automatização de atividades operacionais.

### 13. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	5.936.810,05	5.438.231,63
<b>Total de Intangível</b>	<b>5.936.810,05</b>	<b>5.438.231,63</b>
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(4.439.642,13)	(3.786.909,31)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>	<b>(4.439.642,13)</b>	<b>(3.786.909,31)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.497.167,92</b>	<b>1.651.322,32</b>

### 14. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL UNICOOB** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Metropolitano	437.618.505,55	1.088.425.593,37
Sicoob Meridional	246.888.605,77	224.123.673,10
Sicoob Ouro Verde	99.629.755,54	253.474.225,96
Sicoob Sul	155.092.816,99	242.381.597,21
Sicoob Credicapital	165.305.463,15	129.134.519,59
Sicoob Aliança	146.274.297,16	108.270.860,55
Sicoob Arenito	19.114.772,41	28.757.761,99
Sicoob Três Fronteiras	94.880.839,75	134.508.792,01
Sicoob Vale Sul	215.552.944,03	154.216.071,38
Sicoob Integrado	215.475.235,96	179.213.733,83
Sicoob Ouro Branco	293.779,28	467.862,20
Sicoob Horizonte	32.688.968,33	62.989.146,66
Sicoob Coimppa	37.588.840,33	35.744.658,35
Sicoob Marechal	9.619.326,05	19.535.974,69
Sicoob Médio Oeste	53.099.946,55	60.089.698,97
Sicoob Cooesa	24.750.829,16	47.091.626,77
Sicoob Unidas	18.276.351,93	15.586.911,46
Sicoob Transamazônica	44.457.829,78	47.368.824,80
<b>TOTAL</b>	<b>2.016.609.107,72</b>	<b>2.831.381.532,89</b>

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	437.618.505,55	21,70%	1.088.425.593,37	38,44%
10 Maiores Depositantes	1.829.818.410,45	90,74%	2.576.738.213,66	91,01%
50 Maiores Depositantes	2.016.609.107,72	100,00%	2.831.381.532,89	100,00%

## 15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021** e de **2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	234.161,21	80.265,69
<b>TOTAL</b>	<b>234.161,21</b>	<b>80.265,69</b>

## 16. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CENTRAL UNICOOB** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021** e de **2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 17. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021** e de **2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	-	40,98
Provisão Para Contingências (b)	66.819,92	-
<b>TOTAL</b>	<b>66.819,92</b>	<b>40,98</b>

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021** e de **2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas no montante de R\$ 3.949,50 (R\$ 8.195,53 em 31/12/2020, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação

de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Trabalhistas	66.819,92	-	-	-
Outras Contingências	-	132.543,26	-	30.625,20
<b>TOTAL</b>	<b>66.819,92</b>	<b>132.543,26</b>	-	<b>30.625,20</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.092.000,00. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

## 18. Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	1.526.913,22	497.397,61
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	81.695,08	67.769,24
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.137.744,73	1.068.329,83
Outros	19.562,99	12.545,28
<b>TOTAL</b>	<b>2.765.916,02</b>	<b>1.646.041,96</b>

## 19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	8.216.190,07	5.871.536,87
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	4.539.531,83	6.596.062,66
Credores Diversos – Pais (c)	118.663.009,27	87.513.278,43
<b>TOTAL</b>	<b>131.418.731,17</b>	<b>99.980.877,96</b>

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	4.416.842,16	2.928.989,56
Provisão para Participações nas Sobras (a.2)	3.081.307,51	2.491.311,31
Gratificações e Participações a Pagar (a.2)	718.040,40	451.236,00
<b>TOTAL</b>	<b>8.216.190,07</b>	<b>5.871.536,87</b>

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores

em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se à remuneração variável a ser paga aos colaboradores e dirigentes por atingimento de metas de negócios e orçamentárias, previsto em acordo coletivo.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 3.595.585,89) e outros (R\$ 943.945,94);

(c) A seguir a composição do saldo de credores diversos e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Pendências a regularizar	489.300,67	700,00
Crédito filiadas (I)	21.293.214,81	11.622.460,26
Pagamentos a processar (II)	5.070.143,89	4.211.248,54
Crédito de terceiros (FAP) (III)	38.014.648,46	23.016.037,45
Fundo garantidor depósitos (IV)	4.346.108,26	15.305.815,04
Fundo garantidor valores (V)	4.997.011,04	4.583.624,17
Fundo contingências (VI)	43.955.580,62	27.824.262,91
Fundo desenvolvimento cooperativo (VII)	497.001,52	549.130,06
<b>TOTAL</b>	<b>118.663.009,27</b>	<b>87.113.278,43</b>

I) Crédito filiadas refere-se a crédito a repassar para as cooperativas filiadas, decorrente a centralização financeira, o qual a central repassa o valor recebido a título de rendimento de aplicação.

II) Pagamentos a processar refere-se a valores pertinentes aos fundos contábeis de comunicação e marketing”.

III) Crédito de terceiros é pertinente a saldo do fundo contábil “fundo de amparo ao PAC - FAP.

IV) Fundo garantidor de depósitos - fundo de desenvolvimento do sistema Sicoob.

V) Fundo garantidor de valores - fundo mútuo de valores.

VI) Fundo de contingências do sistema Sicoob Unicoob – FCS.

VII) Fundo desenvolvimento cooperativo – FDC.

## 20. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2021**, a Central aumentou seu capital social no montante de R\$ 16.627.640,38 com recursos provenientes da integralização de capital para adequação do Capital Mínimo Exigido.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	148.683.830,05	132.056.189,67
Associados	17	17

#### b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

#### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/02/2021, os cooperados deliberaram pela destinação de 100% da sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 18.469,52, para FATES.

### 21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	5.657.222,77	1.854.760,15
Despesas específicas de atos não cooperativos	(545.922,77)	(178.985,48)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.719.927,58)	(752.319,68)
<b>Resultado operacional</b>	<b>3.391.372,42</b>	<b>923.454,99</b>
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	71.614,85	366.151,67
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>3.462.987,27</b>	<b>1.289.606,66</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.522.499,33)</b>	<b>(497.397,61)</b>
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>1.940.487,94</b>	<b>792.209,05</b>

### 22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	1.223.107,47	1.478.379,14	274.297,15
<b>TOTAL</b>	<b>1.223.107,47</b>	<b>1.478.379,14</b>	<b>274.297,15</b>

### 23. Receita de Aplicações Interfinanceiras e Com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	48.638.991,26	73.269.773,86	37.764.570,11
Rendas de títulos de renda fixa	18.369.395,29	25.007.984,33	18.479.815,43
Rendas de aplicações em fundos de investimento	6.177.416,18	8.837.000,28	372.633,67
Prejuízo com títulos de renda fixa	(20.692,10)	(59.393,80)	(292.881,54)
<b>TOTAL</b>	<b>73.165.110,63</b>	<b>107.055.364,67</b>	<b>56.324.137,67</b>

### 24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	-	-	(4.050,47)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-	(130.769,68)	-
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(69.653.416,30)	(102.116.663,63)	(54.453.507,75)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	105.000,00	105.000,00	490.002,10

Reversões de Provisões para Outros Créditos	280,18	577,60	160.000,00
Provisões para Operações de Crédito	(85.000,00)	(190.000,00)	(7,26)
Provisões para Outros Créditos	-	-	(7.608,80)
<b>TOTAL</b>	<b>(69.633.136,12)</b>	<b>(102.331.855,71)</b>	<b>(53.815.172,18)</b>

## 25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Outros Serviços	2.548.531,15	5.657.222,77	1.854.760,15
<b>TOTAL</b>	<b>2.548.531,15</b>	<b>5.657.222,77</b>	<b>1.854.769,15</b>

## 26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(61.974,96)	(126.479,51)	(107.938,05)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.571.405,75)	(2.905.085,53)	(2.465.473,93)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(4.443.968,94)	(8.619.464,73)	(7.894.868,91)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.317.274,97)	(6.385.859,87)	(6.377.943,91)
Despesas de Pessoal - Proventos	(8.744.059,21)	(17.040.941,09)	(16.603.460,94)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(34.402,23)	(70.721,73)	(84.662,11)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(115.709,58)	(211.548,18)	(45.876,20)
<b>TOTAL</b>	<b>(18.288.795,64)</b>	<b>(35.360.100,64)</b>	<b>(33.580.224,05)</b>

## 27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(171.039,72)	(321.704,89)	(308.878,23)
Despesas de Aluguéis	(139.667,90)	(275.091,32)	(358.054,46)
Despesas de Comunicações	(388.031,87)	(849.491,94)	(985.467,90)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(88.375,09)	(161.062,29)	(171.679,80)
Despesas de Material	(56.413,90)	(88.531,47)	(99.330,52)
Despesas de Processamento de Dados	(1.512.260,28)	(2.695.778,71)	(2.733.502,54)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(230.780,14)	(430.805,09)	(234.783,77)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(24.678,12)	(54.457,32)	(14.515,57)
Despesas de Publicações	(650,00)	(15.250,00)	(28.936,00)
Despesas de Seguros	(91.441,67)	(184.700,81)	(196.819,14)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(11.314,02)	(21.085,79)	(13.815,52)
Despesas de Serviços de Terceiros	(806.443,88)	(1.729.310,92)	(1.400.480,74)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(78.708,57)	(165.639,98)	(168.654,89)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(263.211,66)	(465.705,78)	(428.359,25)
Despesas de Transporte	(27.037,52)	(44.270,42)	(94.697,53)
Despesas de Viagem no País	(211.810,20)	(298.932,61)	(330.648,33)
Despesas de Amortização	(301.085,67)	(623.953,07)	(892.901,67)
Despesas de Depreciação	(1.147.052,53)	(1.999.308,60)	(1.842.168,03)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.030.459,65)	(1.927.026,41)	(1.536.982,01)
<b>TOTAL</b>	<b>(6.580.462,39)</b>	<b>(12.352.107,42)</b>	<b>(11.840.675,90)</b>

### a) Outras despesas administrativas:

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Livros jornais e revistas	(8.684,58)	(20.389,81)	(18.807,36)
Condomínio	(62.722,77)	(120.047,14)	(132.618,01)
Contribuição sindical patronal	(32.524,71)	(37.945,49)	(31.386,46)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(303,40)	(5.354,68)	(8.750,98)
Copa/cozinha	(38.878,99)	(64.896,99)	(44.862,64)
Lanches e refeições	(11.009,42)	(16.924,55)	(41.148,56)
Uniformes e vestuários	(5.799,96)	(10.374,89)	(11.589,54)
Contribuição a OCE	(15.865,76)	(31.731,56)	(30.781,55)
Taxas da junta comercial	(235,10)	(983,60)	(941,90)
Impostos e Taxas	-	-	(78,50)
Medicamentos	(466,67)	(698,73)	(833,00)
Marcas e Patentes	-	-	-
Mensalidades diversas	(50.217,03)	(103.720,17)	(89.930,29)

Rateio de Despesas da Central	-	-	(679,61)
Microfilmagem de Documentos	(10.188,28)	(19.830,37)	(22.864,37)
Rateio das Despesas do Sicoob Confederação	(791.062,98)	(1.489.761,96)	(1.099.276,31)
Serviços de Tesouraria do Bancoob	(2.500,00)	(2.500,00)	-
Outras Despesas Administrativas	-	(1.866,47)	(2.432,93)
<b>TOTAL</b>	<b>(1.030.459,65)</b>	<b>(1.927.026,41)</b>	<b>(1.536.982,01)</b>

## 28. Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas tributárias	(7.245,88)	(13.335,22)	(13.370,55)
Despesa imposto s/ serviço – ISSQN	(127.426,65)	(282.861,91)	(92.739,13)
Despesa de contribuição ao COFINS	(101.941,25)	(226.288,92)	(74.190,41)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(16.565,45)	(36.771,94)	(12.055,94)
<b>TOTAL</b>	<b>(253.179,23)</b>	<b>(559.257,99)</b>	<b>(192.356,03)</b>

## 29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	217.986,66	225.413,06	130.746,12
Dividendos	-	983.393,03	2.608.312,36
Atualização depósitos judiciais	3.312,64	3.453,45	-
Outras rendas operacionais	23.726.750,27	34.771.185,56	31.463.652,78
<b>TOTAL</b>	<b>23.948.049,57</b>	<b>35.983.445,10</b>	<b>34.202.711,26</b>

## 30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(3.215.233,74)	(5.328.173,66)	(1.873.842,43)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	-	(4,23)	(4,00)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(5,83)	(3,60)
Perdas - Fraudes Externas	(568,55)	(568,55)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(115.684,25)	(115.684,25)	(47.837,01)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(247.547,63)	(247.547,63)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(3.579.034,17)</b>	<b>(5.691.984,15)</b>	<b>(1.921.687,04)</b>

## 31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
<b>Provisões/Reversões para Contingências</b>	<b>(70.079,65)</b>	<b>(97.520,50)</b>	<b>(122.800,46)</b>
Provisões para Custas Judiciais - Cíveis/Trabalhistas	(3.259,73)	(30.700,58)	(98.606,91)
Provisões para Demandas Trabalhistas	(66.819,92)	(66.819,92)	(24.193,55)
<b>Provisões/Reversões para Garantias Prestadas</b>	<b>19,75</b>	<b>40,98</b>	<b>341,69</b>
Provisões para Garantias Prestadas	-	(0,12)	(12,31)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	19,75	41,10	354,00
<b>TOTAL</b>	<b>(70.059,90)</b>	<b>(97.479,52)</b>	<b>(122.458,77)</b>

## 32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	-	45.342,68
Ganhos de Capital	-	1.692,85	-
Outras Rendas não Operacionais	51.586,87	69.922,00	320.808,99
<b>TOTAL</b>	<b>51.586,87</b>	<b>71.614,85</b>	<b>366.151,67</b>

## 33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

### 34. Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se basicamente ao passivo relacionado com a Centralização Financeira das cooperativas conforme demonstrado nas letras (a) e (b) dessa nota.

#### a) Remuneração da centralização financeira

As cooperativas singulares recebem mensalmente da Sicoob Central Unicoob, a remuneração proveniente dos recursos mantidos na Centralização Financeira. Esses recursos são aplicados em Fundos de Investimento e Títulos do Governo e a remuneração é rateada entre as cooperativas filiadas à Central com base no saldo médio mensal mantido na Centralização Financeira.

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Metropolitano	21.679.790,67	34.005.136,53	20.215.748,55
Sicoob Vale do Iguaçu	5.129.118,80	6.670.708,97	2.658.180,99
Sicoob Três Fronteiras	2.824.144,24	4.161.204,25	2.169.556,52
Sicoob Meridional	5.134.614,81	7.616.011,68	4.052.191,49
Sicoob Ouro Verde	5.487.435,00	8.109.471,51	3.023.394,60
Sicoob Ouro Branco	-	-	1.762.097,50
Sicoob Sul	7.068.480,97	9.673.197,97	3.956.194,43
Sicoob Credicapital	4.778.767,27	6.513.522,85	3.022.439,28
Sicoob Aliança	2.771.654,51	3.779.268,44	2.984.282,93
Sicoob Arenito	1.242.718,30	2.017.298,06	1.306.164,11
Sicoob Marechal	450.018,49	639.505,93	334.824,71
Sicoob Integrado	6.833.162,09	9.365.658,32	2.990.086,30
Sicoob Horizonte	1.144.725,95	1.819.847,62	1.632.395,40
Sicoob Médio Oeste	1.674.519,30	2.420.241,69	1.177.253,28
Sicoob Cooesa	472.780,37	775.240,26	1.013.070,68
Sicoob Unidas	439.122,88	605.866,90	310.527,64
Sicoob Coimppa	1.021.815,49	1.444.964,53	752.979,34
Sicoob Transamazônica	1.622.618,53	2.422.130,06	742.013,78
Fundo de Contingência	1.391.598,20	1.391.598,20	92.941,35
Fundo de Ampara ao PAC	708.069,09	1.040.281,03	695.630,06
Fundo de Comunicação e Marketing	103.006,91	163.124,88	114.737,78
Fundo de Valores	-	153.781,02	115.296,24
Fundo de Desenvolvimento Cooperativo	9.155,69	16.087,59	14.330,94
Fundo de Desenvolvimento Sicoob	141.721,18	340.219,57	563.617,73
<b>TOTAL</b>	<b>70.737.440,54</b>	<b>105.144.367,86</b>	<b>55.699.955,62</b>

#### b) Rateio das despesas

As despesas da Central são rateadas mensalmente para as cooperativas filiadas e conveniadas de acordo com os critérios abaixo:

I) Despesas de pessoal alocáveis - o valor total dos custos com pessoal é dividido de acordo com os indicadores preestabelecidos.

II) Despesas fixas e de diretoria - divididas em partes iguais para as cooperativas, considerando-se quantidade de singulares.

III - Demais despesas: São as despesas não mencionadas nos itens anteriores, para as quais os critérios de rateio serão na proporção dos itens abaixo:

Item*	Percentual %
Ativo Total	25,00%
Recursos Administrados	25,00%
Operações de Crédito	25,00%
Colaboradores	20,00%
Pontos de Atendimento	5,00%

\*Dados extraídos do relatório "Evolução das Filiadas".

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sicoob Metropolitano	1.578.080,27	3.544.755,32	3.574.823,14
Sicoob Vale Sul	(125.862,43)	93.079,34	224.016,66
Sicoob Três Fronteiras	187.458,38	315.468,11	378.094,29
Sicoob Meridional	703.457,92	1.260.679,83	922.977,07
Sicoob Ouro Verde	1.395.279,29	2.485.581,75	1.764.771,15
Sicoob Ouro Branco	-	-	806.344,03
Sicoob Sul	1.106.812,67	1.899.207,49	1.145.355,51
Sicoob Credicapital	271.167,18	672.302,20	1.312.544,72
Sicoob Aliança	590.024,28	732.050,14	734.979,56
Sicoob Arenito	358.126,78	710.315,21	515.975,15
Sicoob Marechal	227.921,20	514.015,88	385.863,56
Sicoob Integrado	794.273,46	1.699.586,38	1.389.159,78
Sicoob Horizonte	393.400,56	955.629,57	917.693,19
Sicoob Médio Oeste	(17.559,94)	170.218,46	147.871,14
Sicoob Cooesa	365.635,52	660.027,17	518.905,75
Sicoob Unidas	366.509,35	622.494,09	556.829,86
Sicoob Coimppa	252.207,77	600.251,32	375.326,42
Sicoob Transamazônica	441.552,25	893.497,75	933.007,68
Unicoob Consórcios	54.006,33	118.108,05	233.007,54
Unicoob Corretora de Seguros	51.120,33	128.526,83	229.965,03
Unicoob Gestão de Ativos	224,73	477,68	803,47
Unicoob FGL	210,48	357,61	534,84
Sicoob Unimais (Conveniada)	957.402,54	2.185.639,98	1.506.408,81
Sicoob Rio (Conveniada)	1.288.478,28	2.565.821,04	1.283.035,05
Sicoob Crediacyl (Conveniada)	-	-	184.505,46
Sicoob Paulista (Conveniada)	-	126.690,58	16.663,97
Sicoob Crediçucar	41.919,05	41.919,05	-
<b>TOTAL</b>	<b>11.421.945,27</b>	<b>22.996.700,81</b>	<b>20.059.462,84</b>

### c) Remuneração de partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida por pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da central, inclusive diretores e executivos da mesma. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela central ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

Descrição	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Honorários Conselho de Administração	(594.000,00)	(1.171.984,20)	1.507.759,00
Cédulas de presença Conselho de Administração	(239.678,80)	(392.086,53)	304.157,26
Gratificações Diretoria	-	(73.166,10)	364.469,76
13º Salário Diretoria	(130.625,83)	(205.421,74)	126.515,71
Outras despesas - Conselho de Administração	(607.101,12)	(1.062.426,96)	527.041,96
INSS	(313.715,86)	(608.506,91)	535.311,85
<b>TOTAL</b>	<b>(1.885.121,61)</b>	<b>(3.513.592,44)</b>	<b>3.365.255,54</b>

## 35. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### **35.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **35.2 Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **35.3 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **35.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### **35.5 Gestão de Continuidade de Negócios**

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

### **36. Seguros Contratados – Não Auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### **37. Índice de Basileia**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.



<b>Descrição</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Patrimônio de referência (PR)	99.909.864,55	96.173.567,63
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	17,46%	14,98%
Índice de imobilização (limite 50%) %	25,46%	21,23%

### **38. Benefícios a Empregados**

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

<b>Descrição</b>	<b>2º sem/21</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contribuição Previdência Privada	(3.177,61)	(6.249,67)	(6.102,33)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.177,61)</b>	<b>(6.249,67)</b>	<b>(6.102,33)</b>

**MARINGÁ-PR, 24 de janeiro de 2022.**

**MARCIO DE SOUZA GONÇALVES  
DIRETOR PRESIDENTE**

**MARILZA LAVEZO  
CONTADORA 049349/O-9**

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da  
Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - SICOOB CENTRAL UNICOOB

Maringá - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito Unicoob - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CENTRAL UNICOOB em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 31 de janeiro de 2022.



Luciano Gomes dos Santos  
Contador CRC RS 059.628/O

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Maringá / PR, 04 de fevereiro de 2022.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Central das Cooperativas de Crédito Unicoob e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o Respectivo Parecer dos Auditores Independentes, documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base nos nossos exames e no Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos associados. Atenciosamente,

DocuSigned by:  
  
A8C46673489548B...  
**Alcir Luiz Freisleben**  
Conselheiro Fiscal

DocuSigned by:  
  
E324D968EAC348D...  
**Gainor Sabka**  
Conselheiro Fiscal

DocuSigned by:  
  
A820FFE1EEB240B...  
**Rafael de Souza Katarinhuk**  
Conselheiro Fiscal